

A aplicação da metodologia feminista de Alda Facio Montejo como chave de compreensão da manifestação do sexismo em entidades coletivas da educação básica

Thaís Rodrigues Martins^{*}, Stella Mendes de Castro Reis^{**}

Resumo

O objetivo do presente estudo é analisar as diferentes manifestações do sexismo no bojo das relações coletivas docentes e no âmbito de suas entidades representativas, questionando os papéis de gênero estabelecidos com base nas reflexões propostas por Alda Facio Montejo na obra “Cuando el género suena câmbios trae” (1992). Para tanto, o procedimento metodológico empregado foi a revisão bibliográfica com uma abordagem qualitativa, utilizando como marco teórico a obra mencionada. Partindo da problematização da concepção de docência como atividade vocacional feminina, exploramos os seis passos desenvolvidos por Montejo em sua metodologia feminista para aplicar as lentes de gênero nas relações sindicais docentes e verificar de que maneira as diferentes formas de sexismo se apresentam, além dos seus impactos. Apontamos, ainda, os avanços constatados a partir de pesquisas recentes e as proposições de superação dessas opressões por meio da conscientização dos sujeitos envolvidos e de um processo cíclico e coletivo.

Palavras-chave: sexismo; Alda Facio Montejo; sindicalismo docente.

The application of Alda Facio Montejo's feminist methodology as a key to understanding the manifestation of sexism in collective entities in basic education

Abstract

The objective of the present study is to discuss and analyze the different manifestations of sexism in the context of teachers' collective relationships and within their representative entities, questioning the established gender roles based on the reflections proposed by Alda Facio Montejo in "Cuando el género suena câmbios trae" (1992). To do so, the methodological procedure used was a bibliographic review with a qualitative approach, using the aforementioned work as a theoretical framework. Starting from the problematization of the conception of teaching as a female vocational activity, we explored the six steps developed by Montejo in her feminist methodology to apply the gender lenses in the teaching union relations and verify in which way the different forms of sexism present themselves, besides their impacts. We also point out the advances verified from recent research and the proposals to overcome these oppressions through the awareness of the subjects involved and through a cyclical and collective process.

Keywords: sexism; Alda Facio Montejo; teacher unions.

^{*} Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Integrante do Laboratório de Educação e República (LER-UERJ). Pedagoga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3439-1762>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0359444129158687> E-mail: tha.isismar@gmail.com.

^{**} Mestranda em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGD-UFRJ). Grupo de Pesquisa Configurações Institucionais e Relações de Trabalho (CIRT-UFRJ). Bolsista CAPES. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6104-2146>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9002232007305142>. E-mail: stellamcreis@gmail.com.

La aplicación de la metodología feminista de Alda Facio Montejo como clave para comprender la manifestación del sexismo en las organizaciones colectivas de educación básica

Resumen

El objetivo de este estudio es discutir y analizar las diferentes manifestaciones del sexismo dentro de las relaciones colectivas del profesorado y sus órganos de representación, cuestionando los roles de género establecidos a partir de las reflexiones propuestas por Alda Facio Montejo en la obra "Cuando el género suena cambios trae" (1992). Para ello, el procedimiento metodológico empleado fue la revisión bibliográfica con enfoque cualitativo, utilizando como marco teórico la obra mencionada. Partiendo de la problematización de la concepción de la enseñanza como actividad vocacional femenina, exploramos los seis pasos desarrollados por Montejo en su metodología feminista para aplicar lentes de género a las relaciones sindicales de los profesores y verificar cómo se presentan las diferentes formas de sexismo, así como sus impactos. También señalamos los avances de las investigaciones recientes y las propuestas para superar estas opresiones a través de la concienciación de los sujetos implicados y de un proceso cíclico y colectivo.

Palabras clave: sexismo; Alda Facio Montejo; sindicalismo docente colectivo.

INTRODUÇÃO

O presente estudo buscou aplicar as lentes de gênero nas relações que permeiam as entidades sindicais e as atividades docentes, levando em conta que as experiências vividas pelas e pelos profissionais de educação influenciam também sua atuação no movimento sindical. A partir da constatação de uma cultura de silenciamento e apagamento das militâncias políticas das mulheres, buscamos examinar as formas como a opressão de gênero ainda se manifestam no âmbito dessas organizações e os avanços ocorridos. Foi necessário, porém, ampliar o foco da análise para a própria atuação docente, na medida que ela também influencia a participação de mulheres em organizações coletivas.

Para realizar esta tarefa, adotamos a metodologia proposta por Montejo em sua obra "Cuando el género suena cambios trae" (1992), ao tentar superar a suposta neutralidade metodológica, epistêmica e sistemática, cujo resultado é ocultar a marginalização e invisibilização de grupos subalternizados, com foco para as mulheres, ao passo que eleva o masculino como padrão universal de humanização (Montejo, 1992).

Aplicamos a metodologia feminista de Montejo (1992), baseada em seis passos principais, a fim de pensar as relações de gênero nas atividades docentes, bem como nas relações coletivas dessa categoria. Isso inclui projetar um olhar sobre as relações constituídas como potencialmente androcêntricas, ou seja, a partir de parâmetros que colocam o masculino como único modelo humano possível, indagar como isso se reflete nas relações ali estabelecidas buscando compreender a forma como esse androcentrismo se constituiu

historicamente, a partir da concepção da docência como uma vocação feminina. Ademais, com o aporte de Montejo, a pesquisa visa auxiliar na promoção de conscientização das e dos envolvidos, assim como abordar os possíveis avanços de representatividade observados no presente.

Estabelecemos, também, um diálogo com as análises e resultados das pesquisas de Márcia Ondina Vieira Ferreira (2021) sobre gênero, educação e sindicalismo docente. Nesse âmbito, Márcia Ferreira pondera, a partir do olhar sobre trajetórias de mulheres sindicalistas e da produção de um estado da arte a respeito de pesquisas sobre gênero na ANPED¹, quanto à presença de debates e reflexões na temática e das relações imbricadas nesse recorte.

Tal direcionamento metodológico se justifica em decorrência da relevância que a categoria gênero apresenta em que pese sua pouca utilização tanto pelos atores coletivos, quanto pelas pesquisas envolvendo o sindicalismo docente. Ademais, a percepção de que o sexismo está presente no âmbito das instituições motivou a pesquisa sobre as formas como ele se manifesta no âmbito das entidades coletivas e como influenciou historicamente a vivência dessas profissionais.

Ainda que Montejo (1992) tenha centrado seus esforços de análise na desconstituição do sexismo em leis e instrumentos normativos, entendemos que a metodologia desenvolvida pela autora deve ser ampliada para outras categorias de análise, diante de seu potencial questionador das relações sociais que estão por trás de qualquer concepção normativa. Portanto, os passos metodológicos desenvolvidos devem ser aplicados para uma análise comprometida com a perspectiva de gênero. A técnica de pesquisa utilizada foi o levantamento e revisão bibliográfica envolvendo a temática objeto deste estudo.

A DOCÊNCIA E AS ATIVIDADES ESCOLARES COMO “VOCAÇÃO”: ATIVIDADE ESSENCIALMENTE FEMININA?

Não raramente é possível nos depararmos ainda hoje com afirmações de que existe uma vocação inata das mulheres para a docência, sobretudo na educação básica, remetendo a elas determinadas características ou habilidades como: cuidado, paciência, amabilidade, dedicação etc. Algumas reflexões sobre esse imaginário popular são necessárias para

¹ ANPED: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

compreender como os papéis de gênero se forjaram ao longo da história em relação a essa categoria de profissionais, levando em consideração que a partir do século XIX, as mulheres passaram a compor a principal força de trabalho do magistério no Brasil (Yannoulas, 1993, p. 718). “A mulher nasce para ensinar? Ou esta ‘vocação’ lhe é incutida desde cedo e de várias formas pela sociedade?” (Rêses, 2015, p. 49). Estas são duas indagações propostas, a fim de tentar descortinar determinados estereótipos de gênero que permeiam a profissão das mulheres docentes. Analisando o ambiente escolar da educação básica, é possível estender tais questionamentos e reflexões também para outros segmentos, como merendeiras, auxiliares de educação, entre outras, marcadas pelo desempenho feminino.

A associação entre vocação e docência possui raízes conservadoras. A Igreja Católica, por razões político-religiosas, aliou o magistério ao sacerdócio no século XVI, quando ocorreu o surgimento de escolas elementares para camadas populares. O intuito era disseminar os ensinamentos contidos nos livros e textos religiosos para a população, ampliando a influência intelectual da Igreja. Posteriormente, a noção de “sacerdócio” foi sendo afastada em decorrência da ascensão dos movimentos liberais do século XVII, potenciais questionadores da tutela da Igreja no âmbito da educação. A noção de vocação, porém, continuou sendo perpetrada por estes setores, através do fomento de especialização de funções não escolares e busca de autonomia da categoria docente (Hypólito, 1997), com objetivo de inserir tal profissão na dinâmica do sistema capitalista. A nosso ver, a absorção da noção de vocação para os liberais também se estende aos próprios estudantes, a partir do incentivo a uma pedagogia voltada para o desenvolvimento de aptidões, competências e noções calcadas no individualismo e na competição.

Entretanto, maiores contornos podem ser conferidos à análise crítica de atribuição de papéis de gênero e estereótipos ao exercício do magistério majoritariamente por mulheres a partir do século XX, com o surgimento dos primeiros estudos sobre divisão sexual do trabalho na França. Ainda que tais estudos centrassem esforços nas exposições do movimento feminista em relação ao trabalho doméstico, gratuito e invisível, exercido pelas mulheres, eles evidenciaram que estes trabalhos se justificam em nome da natureza, do amor e do dever materno (Hirata; Kergoat, 2007, p. 597). A partir da compreensão de que a socialização infantil é incumbência das mulheres, às quais são atribuídas como naturais características atreladas ao cuidado no âmbito da instituição familiar, é possível conceber o magistério como função

social e historicamente associada às mulheres. Sob os alicerces de uma lógica patriarcal, durante boa parte do século XIX, devido à expansão das chamadas Escolas Normais, o magistério, apesar de ser uma atividade exercida fora do ambiente doméstico, foi considerado apropriado para mulheres, sendo visto como uma ocupação transitória de preparação para o matrimônio (Rêses, 2015).

Montejo (1992), ao abordar o conceito de gênero sexual, traz uma importante análise que se relaciona às reflexões ora apontadas. Segundo a autora, a categoria gênero faz referência à dicotomia sexual imposta socialmente por meio de papéis e estereótipos que aparentam ser opostos (papéis de homem em oposição aos de mulher). Por meio do realce das diferenças biológicas, muitas das vezes carentes de embasamento científico, são definidas funções consideradas pelo corpo social como pertinentes para cada sexo. Em um contexto patriarcal², são conferidos valores (compreendidos aqui como grau de importância) diferentes às características e aos papéis direcionados a cada sexo, o que legitima a subordinação do sexo feminino a partir da desvalorização das atividades desempenhadas pelas mulheres. Destaca, ainda, que a designação de tais papéis não é um fenômeno natural, mas sim, uma construção social, sendo possível (em verdade, necessária) a transformação desses papéis de gênero, o que se daria, em sua visão, através de uma conscientização ampla, tema que será explorado adiante.

Ademais, Montejo (1992, p. 77) alerta sobre a dificuldade de algumas mulheres, principalmente as profissionais, de assumirem a discriminação sofrida, ou seja, de se compreenderem como sujeitas oprimidas. Isso pode ser verificado na medida em que a concepção do magistério como vocação feminina atingiu não somente o ideário popular, mas também as próprias educadoras, sendo problematizada por Yannoulas (2001), na medida em que restringiu durante muito tempo as possibilidades de as mulheres optarem por outras atividades laborais, para além do magistério e das atividades do lar, fruto da divisão sexual do trabalho.

Na contemporaneidade, é possível perceber que o quadro descrito apresentou consideráveis avanços no que tange à conscientização acerca dos papéis de gênero, sobretudo

² Montejo (1992, p. 28) elucida que o termo Patriarcado é utilizado para definir a ideologia e estruturas institucionais que mantêm historicamente a opressão das mulheres.

a partir da atuação e dos questionamentos levantados pelos movimentos feministas sobre diversos temas, incluindo a divisão sexual do trabalho. A partir da retomada de conceitos como de qualificação, mobilidade social e de competência profissional, novos campos de investigação, crítica e reivindicação política foram se desenvolvendo, tais como “trabalhos de cuidado pessoal, mixidade no trabalho, acesso das mulheres às profissões executivas de nível superior, temporalidades sexuadas, vínculos entre políticas de emprego e políticas para família” (Hirata; Kergoat, 2007, p. 598).

Em relação ao exercício do magistério pelas mulheres, é importante fazer a ressalva de que, ainda que a docência tenha sido uma atividade extensora do lar, caracterizada inicialmente pela construção imagética feminina calcada na ideia de “mãe educadora”, os dados apresentados por Yannoulas (1993, p. 721) em sua pesquisa de campo apontam uma outra perspectiva em relação à construção da identidade feminina como uma simples repetição de valores e concepções tradicionais em relação aos papéis de gênero. Segundo a autora, mesmo que o status de educadora profissional de crianças tenha alijado as mulheres das instâncias e atividades de produção e conhecimento, ele as direcionou para outro, também estratégico: o de distribuição deste conhecimento. Assim, ainda que a opressão de gênero estivesse presente nas instituições escolares, algo notadamente percebido, outro fenômeno de caráter emancipador, por sua vez, foi observado pela autora: o acesso ao conhecimento proporcionou a estas mulheres maior circulação pelos ambientes urbanos, viagens sem a presença de familiares, proximidade com os movimentos feministas e até mesmo com entidades sindicais docentes (Yannoulas, 1993, p. 721-722).

Nesse sentido, com a constatação de que a “docência foi historicamente percebida como um trabalho de mulher”, Ferreira (2021, p. 337) nos conduz a alguns questionamentos quanto aos processos de reflexão e intervenção a respeito nas bases do sindicalismo docente. Em que medida as instâncias sindicais compreendem e realizam o debate sobre o impacto das diferenças de gênero nas esferas do sindicato e da escola?

A partir dessa breve digressão histórica acerca da presença feminina na docência, com intento neste estudo de ampliar um pouco mais a noção de categoria, visando, ainda, englobar outras trabalhadoras da educação, sobretudo no contexto atual, buscaremos refletir sobre a

indagação proposta por Rêses (2015, p. 54) de como essa identidade da professora³ contribuiu ou não para a formação de organizações sindicais da categoria. Assim, parte-se de uma vertente de estudos do sindicalismo docente, que compreende que as trajetórias e experiências das e dos militantes docentes são determinantes na construção das entidades sindicais, nas palavras de Ferreira (2011, p. 30), “sindicalistas que são, também, docentes”, partindo da convicção teórico-metodológica que confere à categoria gênero uma condição de centralidade da análise dessas relações (Ferreira, 2011)⁴.

SINDICALISMO DOCENTE E GÊNERO

As primeiras associações docentes datam do século XIX, apresentando diferentes formas organizativas e objetos de atuação. Essas associações são embrionárias aos sindicatos, muitas delas tendo se convertido em entidades sindicais após 1988, a partir do incentivo à sindicalização, impulsionado pela Constituição de 1988, bem como pelo amplo movimento grevista que se sucedeu na década de 1980. As revisões bibliográficas apontaram, ainda, um fato interessante: a formação das primeiras associações docentes ocorreu no mesmo período em que a atividade de educação básica se feminiza no Brasil, ou seja, passa ser composta majoritariamente por mulheres⁵, no século XIX. A participação das professoras nos movimentos de luta pela redemocratização, assim como das mulheres em geral (Gogna, 2021), é evidenciada em diversos estudos (Rêses, 2015, Dal Rosso; Cruz; Rêses, 2011, Miranda, 2011), uma vez que a categoria docente já contava com uma composição majoritariamente feminina. Portanto, nos parece uma hipótese considerável a influência das mulheres na aglutinação e formação das associações coletivas docentes. Como resultado

³ Optamos aqui por englobar homens e mulheres nessa categoria “professora”, a fim de ressaltar a dimensão linguística de uma perspectiva feminista crítica à utilização do gênero masculino como parâmetro do universal, em consonância com as lições de Montejo (1992).

⁴ A outra vertente descrita por Ferreira (2011, p. 29-30) busca ampliar os conhecimentos acerca do olhar das organizações sindicais em relação ao trabalho docente, abordando mais amplamente as condições profissionais e explorando o caráter proletário do trabalho desenvolvido. Essa vertente prioriza tomar os sindicalistas como informantes-chave (docentes que são, também, sindicalistas), pois considera que isso confere uma especificidade maior nas investigações acerca do trabalho no âmbito das escolas.

⁵ Ou seja, enquanto antes, mesmo existindo um senso comum de que as mulheres possuíam vocação para a docência, a procura por emprego ainda era baixa, situação que se alterou ao longo do século XIX, com destaque para suas décadas finais, ocasionando o aumento no número de mulheres trabalhadoras na docência de nível básico, de modo a superar a participação masculina nesta atividade.

desse processo, Monica Gogna (2021) aponta a efervescência de um clima social que promoveu um aumento da participação das mulheres na esfera pública em geral.

Nada obstante, existe uma ideia predominante na literatura sobre o tema de que a consolidação dos docentes, enquanto categoria, ocorreu ao final do século XVIII, momento em que houve a criação e expansão dos sistemas escolares, bem como os docentes passaram a ser funcionários do Estado. De acordo com esta concepção, o principal mote de bandeiras e reivindicações centrava-se na defesa de interesses corporativos e da educação como serviço público e como um direito. Nesse ponto, cabe-nos uma discordância em relação a esta perspectiva de consolidação da categoria como consequência quase unilateral das “oportunidades políticas”⁶ que potencializaram a atividade docente. Ressaltando os estudos de E. P. Thompson (apud Tarrow, 2009) sobre a formação da classe operária inglesa, compreendemos que a consolidação como categoria perpassa por uma (auto) percepção mais elaborada, nas palavras de Honeth (2003, p. 263), um “consenso tacitamente efetivo”, um pressuposto consenso moral que alimenta no consciente coletivo a distribuição de direitos e deveres entre aqueles trabalhadores. Assim, defendemos que as oportunidades e restrições políticas são importantes para a aglutinação dos docentes como categoria, porém, insuficientes para justificar o fenômeno como um todo.

Interessa-nos neste ponto pensar as razões que levaram trabalhadoras e trabalhadores docentes, além de sindicalizar-se, a assumirem postos de representatividade em entidades coletivas, pois esses motivos traduzem questões de gênero. Importa-nos também reforçar esse marcador como forma de balizar as lutas sindicais e outras subordinações existentes, e as diferentes vivências no magistério em relação a homens e mulheres (Ferreira, 2011).

No que concerne à análise dos fatores que, potencialmente, estariam na origem dessa desigualdade, Ferreira discorre

Sobre isso é preciso destacar a existência de toda uma literatura que se ocupa dos lugares sociais atribuídos às pessoas conforme o gênero, adquirindo maior importância para este estudo a parcela voltada à divisão sexual do trabalho. Por exemplo, as estudiosas das relações sociais de sexo assinalam que, embora cada sociedade tenha uma forma particular de exercício da divisão sexual do trabalho, existem alguns princípios presentes em todas as sociedades: o encaminhamento prioritário dos homens para funções

⁶ Termo utilizado por Tarrow (2009) em suas reflexões acerca do surgimento e sustentação dos movimentos sociais ao longo do tempo.

produtivas e da mulheres para funções reprodutivas; a separação por tipos de trabalho (femininos/masculinos); a maior valorização do tipo de trabalho masculino; a ocupação masculina de funções sociais com máximo reconhecimento (funções políticas, militares, religiosas, científicas, de gestão empresarial) etc. (Ferreira, 2021, p. 336).

Outra importante discussão abordada por Vianna (2001) diz respeito ao enfoque das pesquisas desenvolvidas sobre sindicalismo docente. Ainda que não se trate de analisar a prática da atividade militante docente diretamente, o viés acadêmico levantado pela autora nos ajuda a compreender, de certa maneira, as reverberações das diferenças de gênero presentes nas organizações docentes. Isto porque aponta um baixo esforço por parte da bibliografia em “incorporar as relações de gênero na análise das ações coletivas do magistério” (Vianna, 2001, p. 110), ou seja, compreende que se trata de uma categoria neutra em relação ao gênero. O levantamento das características e tendências de destaque em relação à produção acadêmica dos docentes brasileiros encontrou um total de quarenta e sete dissertações e sete teses, das quais apenas sete mencionam a presença feminina no magistério e nos sindicatos. Em relação a estas últimas, a maioria tende a destacar o perfil feminizado da categoria ou acaba utilizando os depoimentos das professoras para enfatizar pautas e reivindicações gerais, diluindo a discussão de gênero em outras temáticas que englobam também a parcela masculina da organização (Vianna, 2001, p. 110).

Nesse sentido, também, Ferreira (2017) sinaliza um total de 6,5% representando 359 trabalhos sobre gênero e sexualidades, num universo de 5.515 entre a 23^a e a 34^a Reuniões da ANPED (2000-2011), tendo a temática como ferramenta primária ou secundária. Tal análise ratifica a percepção de que a perspectiva de gênero ainda é relegada a um lugar menos importante como categoria de compreensão das relações e políticas imbricadas no campo da escola ou do sindicato de profissionais da educação.

Ainda que essa bibliografia apontada por Vianna (2001) e o levantamento sinalizado por Ferreira (2011) deixem de explorar de maneira mais densa os reflexos das opressões de gênero nas estruturas sindicais docentes, há um ponto interessante que se deve destacar: o resgate de trajetórias e memórias (auto) biográficas “como forma de renovar as metodologias de investigação em ciências sociais” (Ferreira, 2011). Martins (2019, p. 11) ressalta a falta de visibilidade em relação à história das mulheres e seu espaço de voz, historicamente relegado à

esfera de atuação privada, o que gera um silêncio das fontes e referências históricas acerca das lutas políticas travadas pelas mulheres em um contexto geral (não restrito somente ao movimento sindical). Registros de sua atuação em fontes históricas e tratamento público de seus arquivos pessoais ainda são raros no que se refere às personalidades femininas. Especialmente, em função dessa evidência, consideramos importante o resgate dessas memórias e trajetórias, pois contribui para a visibilização dessas mulheres como sujeitas políticas.

Nesse sentido, o trabalho de Martins (2019) pode ser mencionado como exemplo de resgate das trajetórias militantes docentes, na perspectiva feminista defendida por Montejo (1992). Por meio de entrevistas com as sindicalistas docentes (“dar voz e falar sobre”), com enfoque para a trajetória da militante Dodora Mota, que forjou sua trajetória militante no Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ), Martins (2019) visibiliza as experiências femininas tanto no âmbito de sua militância sindical, quanto na vivência em sala de aula. Resgata, ainda, elementos que nos permitem compreender suas formas de ação e de resistência, contribuindo para desconstrução da cultura de silenciamento e apagamento das militâncias políticas de mulheres. Essa recomposição da trajetória de Dodora Mota lança luz também para a atuação docente feminina como protagonista nos processos de construção das políticas públicas, em níveis de secretarias de governo e demais ações envolvendo o espaço público. Isto porque problematiza os reflexos do machismo que permeia não somente a vida privada dessas mulheres dentro da estrutura sindical e em suas relações de trabalho, mas também nos espaços públicos de poder, fato amplamente denunciado por Dodora durante sua atuação como vereadora na cidade de Volta Redonda durante os anos de 1992 a 1996. Aprofunda, assim, a reflexão de Louro (2004) no sentido de que a partir do processo de feminização da profissão docente é impossível pensar a docência dissociada dos elementos que denotam a questão de gênero (Louro, 2004), o que não se restringe ao ambiente escolar, mas se desdobra em seus espaços de organização e representação coletiva (Martins, 2019, p. 73).

Aplicando a metodologia feminista apresentada na obra “Cuando el género suena câmbios trae” (Montejo, 1992), intentamos lançar luz sobre a maneira como o sexismo se apresenta no contexto docente. Assim como a Montejo, este trabalho também busca superar a noção do masculino como padrão universal de humanização, corroborando o desenvolvimento

de pesquisas que aplicam as lentes de gênero e visam refutar uma suposta neutralidade metodológica e epistêmica que, em realidade, nada mais é que androcêntrica.

A APLICAÇÃO DOS SEIS PASSOS DA METODOLOGIA FEMINISTA DE ALDA FACIO MONTEJO

A autora apresenta novas dimensões acerca dos métodos de análise tradicionais aplicados pelos juristas em suas interpretações dos textos legais. Seu propósito não é apresentar uma metodologia⁷ nova, mas sim, a partir dos métodos tradicionais, androcêntricos, lançar luz sobre o que as mulheres têm a dizer sobre os fatos jurídicos, ou seja, “empregar os mesmos métodos que empregam os juristas tradicionais para chegar a conclusões/soluções não sexistas e nem androcêntricas” (Montejo, 1992, p. 11).

É possível notar que os conceitos de sexismo e androcentrismo são essenciais para compreensão da proposta metodológica da autora. O sexismo é definido como a crença, que parte de mitos e mistificações, na superioridade do sexo masculino, originando para os indivíduos que compõem este grupo uma série de privilégios. Tais privilégios repousam na ideia central de que o sexo feminino está a serviço do masculino e de que esta subordinação parte de uma função natural e única, ou seja, é algo inerente (Montejo, 1992, p. 23). Uma das formas de manifestação do sexismo apontada pela autora é o androcentrismo. Explorado no passo dois de sua metodologia, o androcentrismo permeia todas as instituições e consiste na ideia de que o sexo masculino é o modelo padrão (protótipo) da espécie humana, reduzindo o conceito de ser humano ao conceito de homem. Para a autora, isso se aplica em diversos contextos e áreas. Cita como exemplos o estudo da anatomia, que toma como modelo o corpo masculino e as disposições legais que também elevam o masculino como padrão de humanidade (Montejo, 1992, p. 53). Apesar dos esforços de Montejo (1992) se voltarem para a análise de textos normativos e de a autora não fazer menção direta a um exemplo envolvendo relações sindicais, sua premissa geral de que o androcentrismo permeia todas as instituições nos permite concluir que esta forma de sexismo também se faz presente nos sindicatos.

Pesquisa recente realizada entre países da América Latina e divulgada pela Federação dos Trabalhadores do Ramo Químico da CUT (Central Única dos Trabalhadores) no Estado de

⁷ A autora conceitua metodologia como uma análise da forma com que se investiga para teorizar sobre como se deveria proceder uma investigação (MONTEJO, 1992, p. 11).

São Paulo (Fetquim, 2023) trouxe alguns dados relevantes. Concluiu que o Brasil foi o país que mais apresentou avanços em relação à participação de mulheres sindicalistas e cita como uma das principais medidas propulsoras a instituição da paridade de gênero em instâncias representativas pela CUT, em âmbito nacional e estadual, aprovada em 2012 pelo Congresso da entidade. Após pioneirismo da CUT, outras centrais sindicais também instituíram a referida paridade de representação na composição de suas diretorias, tais como a Intersindical e a Conlutas, fato que potencializou o engajamento das pautas feministas. Entretanto, apesar dos inegáveis avanços, a pesquisa traz algumas ressalvas.

A primeira ressalva apontada é a falta de regulamentação da paridade em entidades coletivas no Brasil⁸, a qual defendemos que se dê por meio de uma legislação de sustento⁹. Além disso, menciona a reprodução pelo movimento sindical da lógica patriarcal estruturante do mercado de trabalho, a qual atribui preferencialmente às mulheres que se concentrem nos setores mais precarizados e desorganizados sindicalmente, com exceção do setor público – a educação pública, portanto, se enquadraria nesta exceção. Por fim, a pesquisa observa que nas Executivas das centrais, em geral, as mulheres compõem os cargos envolvendo áreas de saúde, a secretaria de mulheres, de criança e adolescente, racial e juventude, de modo que as funções de destaque, mormente as secretarias gerais, presidência, vice-presidência e tesouraria basicamente não são exercidas por mulheres. A Intersindical foi a primeira central a eleger por meio de seu congresso a primeira mulher a ocupar a secretaria geral da entidade, seu cargo máximo, fato ocorrido recentemente, em março de 2023. Nesse sentido, a partir dessa lógica estruturante que ainda prevalece no âmbito das centrais, “os homens reiteram nas Executivas o lugar delas no mundo do trabalho” (Fetquim, 2023).

Ainda que os sindicatos docentes tenham seguido direção parcialmente contrária à de outras organizações de trabalhadores no “Novo Sindicalismo”, pois nestas havia maior dificuldade de absorção das mulheres no interior da maioria das entidades representativas, uma semelhança não pode deixar de ser observada: a tendência observada na pesquisa recente divulgada pela Fetquim (2023) também ocorreu no bojo das organizações sindicais docentes, ou seja, as lideranças, sobretudo as presidências, nos sindicatos docentes também

⁸ Como ocorre, por exemplo, no Chile, país onde houve a edição de lei com este intuito.

⁹ A concepção de legislação de sustento às entidades sindicais é defendida por Baylos (2021) como característica dos modelos constitucionais democráticos e consiste no suporte da atividade sindical por intermédio da lei, podendo envolver fomentos econômicos e garantismo jurídico à atuação dos sindicatos.

eram majoritariamente masculinas (Ferreira, 2011). Nesse sentido, Vianna (2001, p. 109) retoma uma ideia desenvolvida em outros estudos, segundo a qual se forjou durante a década de 1980 um “sujeito paradigmático” que constituiu o modelo de organização sindical universal: o trabalhador fabril, masculino assalariado. Ainda que o elemento industrial seja parte dessa representação, parece-nos que o “sujeito paradigmático” sindical ainda não foi completamente superado no âmbito das entidades docentes.

A título ilustrativo, sendo importante salientar a dificuldade de uma pesquisa que englobe todas as entidades sindicais docentes no Brasil ante sua vasta existência, apresentamos a investigação realizada por Fernandes (2020, p. 69) em todas as regionais do SEPE-RJ, a qual perquiriu o perfil das diretorias da entidade por gênero/sexo no ano de 2020. Tal pesquisa revelou que 75% dos cargos de direção ainda são ocupados por homens, sendo apenas 25% preenchidos pelas profissionais de educação. Mesmo com uma maioria de filiadas (base sindical) do sexo feminino e, apesar do avanço do debate sobre gênero, muitas das vezes ser encampado pelo próprio SEPE-RJ, existem barreiras de representatividade a serem superadas por aqueles que compõem as direções do sindicato. A pesquisa ainda ressaltou traço relevante no exercício do magistério: enquanto as mulheres são maioria em salas de aula nas séries iniciais do ensino fundamental, os homens, por sua vez, se destacam no exercício da profissão nas séries finais, o que demonstra que ainda existe uma disparidade de gênero, que reforça a dificuldade de superação do ideário de “mãe educadora”, bem como confere aos homens posição de prestígio intelectual, que os possibilita ocupar espaços de maior destaque, seja no âmbito escolar ou até mesmo nos sindicatos e em outras organizações.

Portanto, os dados levantados indicam a pertinência da aplicação da lente de gênero proposta por Montejo (1992), ressaltando a utilização da categoria “sexismo” como chave de compreensão para as relações que se estabelecem no bojo das entidades representativas, tanto em nível geral, como evidenciado em relação às centrais sindicais, como no caso dos sindicatos de profissionais da educação.

Nesse sentido, a proposta metodológica da autora pretende descortinar a falsa neutralidade da metodologia dominante androcêntrica, além de centrar esforços no sentido de promover uma tomada de consciência feminista entre mulheres (e também homens), objetivo que também se intenta neste artigo. Para tanto, sua proposta metodológica se baseia em seis

principais passos, que, apesar de estarem direcionados em sua obra à tomada de consciência e compreensão sobre o sexismo no âmbito do direito e da formulação e interpretação de leis, podem ser expandidos para análises em outros ramos para além do jurídico¹⁰. Passaremos agora a explorar os passos apresentados e desenvolvidos por Montejo (1992), a fim de aplicar a lente de gênero proposta pela autora às relações que permeiam o sindicalismo docente e as atividades dos profissionais de educação.

O primeiro passo descrito consiste em “tomar consciência da subordinação do sexo feminino de forma pessoal” (Montejo, 1992, p. 12). Tratando a conscientização como o compartilhamento coletivo e político da opressão sofrida, a autora propõe que teorizações (generalizações e abstrações) acerca dessa experiência coletiva sejam alcançadas por meio do enfoque nas experiências concretas e específicas das mulheres. Dessa forma, faz-se necessária a troca de experiências entre mulheres, de maneira honesta e pautada na sororidade, permitindo conhecer a realidade e traçar estratégias para transformá-la, além de acessar o que é comum e o que diferente em cada experiência subjetiva. Isso possibilita o surgimento de uma relação dialética entre teoria e prática, em que a teoria se forja na prática e concomitantemente, elas constituem uma relação mútua de transformação. Nesse sentido, os espaços de encontro e de troca entre as profissionais de educação, tanto por meio do incentivo do próprio sindicato, como por iniciativas próprias, são maneiras de refletir sobre a realidade enfrentada por essas mulheres mediante diferentes abordagens e experimentações subjetivas. A aplicação das lentes de gênero em pesquisas acadêmicas envolvendo o sindicalismo docente, assim como realizado no trabalho de Martins (2019), utilizando a metodologia da história oral, também se apresenta como um exemplo dessa troca de experiências calcada na sororidade.

O segundo passo consiste em

Identificar las distintas formas en que se manifiesta el sexismo en el texto, tales como el androcentrismo, el dicotomismo sexual, la insensibilidad al género, la

¹⁰ Compreendemos que as questões de gênero no sindicalismo docente não estão desassociadas do direito, tendo em vista as diversas imbricações tanto no direito coletivo do trabalho, tais quais em negociações coletivas, greves e outros tantos, bem como em outras searas do direito. Entretanto, partimos de uma compreensão interdisciplinar, de modo a abarcar reflexões e conceitos que não se restringem ao campo jurídico. Nosso objetivo inclui uma ampliação da percepção do fenômeno de gênero no campo do sindicalismo docente, partindo da premissa de que as categorias jurídicas seriam insuficientes para abordar satisfatoriamente este fenômeno.

sobregeneralización, la sobreespecificidad, el doble parámetro, el familismo, etc (Montejo, 1992, p. 12).

A autora desenvolve este tópico ressaltando que as leis promulgadas são exemplos de sexismo, no formato androcêntrico, conceito este que é explorado neste segundo passo. Aprofunda a ideia de que existem leis que se dizem protetoras para as mulheres, porém sua elaboração parte de necessidades masculinas, muitas das vezes mantendo a mulher em um rol estereotipado (Montejo, 1992, p. 78-79). Nesse mesmo sentido, buscamos levantar alguns questionamentos acerca dos instrumentos de negociação coletiva, que visam melhorias aos profissionais de educação. Pesquisas já abordadas neste estudo evidenciaram a prevalência de homens em cargos mais altos das diretorias sindicais. Portanto, não nos parece exagero pensar que são eles que conduzem, preponderantemente, as mesas de negociação coletiva, seja no setor privado ou público¹¹. Dessa maneira, partindo dos incômodos de Montejo (1992), questionamos se os textos advindos desta auto normatividade também não acabam, ainda que implícita ou inconscientemente, reproduzindo conteúdo androcêntrico, na medida em que carece de participação feminina em sua elaboração.

Assim, utilizar a metodologia de Montejo (1992) para refletir acerca das relações de gênero nos sindicatos docentes inclui projetar um olhar sobre as relações ali constituídas como potencialmente androcêntricas. E, por conseguinte, perquirir os impactos desse androcentrismo nas práticas desses espaços coletivos, tais quais, reuniões de direção, elaboração de pautas, discussão sobre acordos coletivos, relações trabalhistas que se constroem em torno dos sindicatos, entre tantas outras. Em seus estudos, Ferreira (2011, p. 44) exemplifica essa manifestação do sexismo nas relações concretas: a autora problematiza os discursos emitidos por mulheres e homens docentes, ao descrevem suas próprias inserções nas atividades sindicais, na medida em que as mulheres aparentam ter mais dificuldades para descrever suas competências. Com discursos mais tímidos e entrecortados, na maioria das

¹¹ Em relação à negociação coletiva no setor público, paira sobre o ordenamento jurídico brasileiro certa controvérsia. *Pari passu* a ratificação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) pelo Brasil em 2010, sendo tal normativa estimulante à adoção da negociação coletiva por entes públicos, porém ainda carente de regulamentação, vige também o entendimento proferido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 1992, no bojo da ADI 492, que declarou a inconstitucionalidade de dispositivo de lei federal que previa a possibilidade de negociação coletiva envolvendo o funcionalismo, entendimento este que ainda não foi superado formalmente pela Corte. Apesar disso, importante explicitar que no plano fático, as negociações coletivas ocorreram e seguem ocorrendo em âmbito municipal, estadual e federal.

vezes conferem destaque ao incentivo de amigos e companheiros para que assumam cargos de liderança nas entidades. Por outro lado, a autora reforça que os homens discursam de forma mais elaborada acerca de sua atuação política e sindical, apresentando segurança ao narrarem suas experiências políticas. Dessa forma, mesmo entre as mulheres sindicalistas, é possível observar certa dificuldade de trânsito e movimentação nos diferentes espaços públicos, sendo sua participação mais restrita aos sindicatos, enquanto os homens assumem outros cargos em organizações políticas com mais frequência.

Em sequência à análise das formas de sexismo descortinadas por Montejo (1992), tem-se a sobregeneralização. Ela “ocorre quando um estudo analisa somente a conduta do sexo masculino e apresenta os resultados desse estudo como válidos para ambos os sexos” (Montejo, 1992, p. 84). Um dos exemplos foi observado por Vianna (2001) ao constatar à época a escassez de utilização da categoria “gênero” como ferramenta analítica para compreender as organizações coletivas docentes. Ou seja, aponta a necessidade de maior aplicação destas lentes quando se trata de objetos de pesquisa que envolvam sindicatos docentes e as relações que ali se forjam. Sem desconsiderar toda a produção acadêmica de mulheres, que dedicam estudo e militância para o combate das diversas opressões, este artigo busca problematizar determinadas análises que acabam restritas à ideia de “classe trabalhadora una” e, neste viés, desconsideram as especificidades de gênero que permeiam a categoria dos e das profissionais da educação.

Por sua vez, a sobre-especificidade é o tipo de sexismo cuja abordagem “consiste em apresentar como específico de um sexo certas necessidades, atitudes e interesses que em realidade são de ambos” (Montejo, 1992, p. 85). Como exemplo, a autora critica a importância conferida pela sociedade, e até mesmo pelas leis trabalhistas, à presença da mãe durante o desenvolvimento dos filhos, tendo em vista que se trata de uma necessidade/interesse ambos os sexos. Associamos esta modalidade de sexismo à discussão constante neste estudo sobre a docência ser vista como uma “vocação” essencialmente feminina, associando a esta atividade padrões comportamentais considerados adequados às mulheres, como docilidade e amabilidade. Outras atividades na área da educação também são vistas como características do sexo feminino, como no caso de auxiliares educacionais e merendeiras, cujas tarefas exercidas são associadas com o cuidado materno.

Outra modalidade de sexismo elencada é a insensibilidade de gênero, a qual se apresenta “quando se ignora a variável sexo como uma variável socialmente importante ou válida” (Montejo, 1992, p. 87). Nesta modalidade, é perceptível a tentativa de desconsideração da categoria “gênero” como relevante para o entendimento das estruturas sociais. Ferreira (2011, p. 43) constatou uma tentativa de invisibilização das discussões de gênero no âmbito das estruturas sindicais e na educação como um todo, mediante a argumentação de que se trata de uma categoria feminizada. À vista disso, o referido silenciamento pode ser interpretado como uma manifestação de insensibilidade de gênero, cuja meta é a superação.

Outra modalidade de sexismo citada é o duplo parâmetro. Este pode ser identificado “quando a mesma conduta, uma situação idêntica ou características humanas são valoradas ou avaliadas com distintos parâmetros para homens e mulheres, com fundamento na dicotomia sexual e no dever de cada sexo” (Montejo, 1992, p. 89). Aplicando as lentes de gênero, conforme proposto pela autora, podemos conceber que tal modalidade de sexismo se manifesta quando o ato de lecionar é avaliado distintamente para homens e mulheres. Para as mulheres, lecionar é fomentado como algo inerente, como uma vocação, enquanto para os homens, trata-se de uma escolha, uma opção profissional. Ferreira (2011, p. 44) descreve, inclusive, a influência de membros da família na formação desta representação, sendo sugerido por familiares que a docência é uma atividade adequada ao sexo feminino. Observa, ainda, que elas, aparentemente, assumem esses postos de trabalho mais cedo em decorrência de uma formação já na educação básica (curso de magistério). Em contrapartida, para os homens, a situação aparenta ser diferente, ressaltando a autora que estes chegam à docência após passarem por outras experiências ocupacionais ou por falta de melhor alternativa, sendo comum, ainda, assumirem cargos de comando na hierarquia educacional ou até mesmo na militância sindical, como já observado anteriormente.

A última manifestação de sexismo mencionada por Montejo (1992, p.96) é o familismo, descrito como a concepção de que a mulher é mais ligada à família do que o homem e suas necessidades estão imiscuídas às da família e às do companheiro. Mulher e família passam, então, a ser consideradas sinônimos. Neste ponto, cabe-nos uma reflexão acerca da dupla jornada, acúmulo ou conciliação de tarefas, apresentadas como apenas um apêndice do trabalho assalariado, conforme crítica apontada por Hirata e Kergoat (2007, p. 599). Esse

acúmulo de funções e de jornadas possui forte caráter de gênero, tendo em vista a noção de familismo apresentada e, no caso das trabalhadoras da educação, seus relatos possibilitam compreender como a sobrecarga de tarefas domésticas aliadas aos trabalhos educacionais está presente na vida dessas mulheres.

Sobretudo no contexto da pandemia da covid-19, esse cenário de disparidade na carga horária de trabalho entre homens e mulheres se intensificou. Os desafios impostos pelo teletrabalho recaíram sobre as mulheres de maneira desproporcional, sendo possível afirmar que, ao lado dos negros e da população jovem, trata-se dos grupos mais afetados pela pandemia, observando as desigualdades em relação às condições de emprego, salários e cargas de trabalho enfrentadas (Morandi; Melo, 2022).

Em sequência, abordamos conjuntamente os passos três e quatro da metodologia de Montejo (1992, p. 12-13), pois são próximos em seu teor. Trata-se de identificar qual a concepção de mulher serve de sustento para o texto (normativo), de forma visível ou invisível, se é a mulher branca, casada, pobre, LGBTQIAP+, ou seja, qual mulher está sendo contemplada como paradigma na elaboração dos textos e quais os efeitos disso para os distintos setores. Neste ponto, a autora nos convida a refletir sobre as especificidades que existem dentro do próprio grupo de mulheres, partindo da premissa de que não se trata de uma categoria homogênea. Dessa forma, pensar políticas públicas e atuações para mulheres inclui discernir sobre essas especificidades e abarcar de maneira concreta os setores mais vulneráveis, utilizando marcadores como classe, raça e gênero.

Consideramos de fácil percepção a presença desses marcadores na vida de docentes e trabalhadoras em educação, sendo necessário, portanto, que a entidade representativa busque em suas ações (seja em escritos, como jornais e informativos, mas também em atividades, palestras e em seu dia a dia) contemplar essas assimetrias sociais, assim como qualquer escrito que se proponha a utilizar as lentes de gênero propostas por Montejo (1992). Trata-se de pensar as ações das entidades coletivas docentes em uma perspectiva que contemple todas as mulheres, rompendo com o padrão historicamente contemplado: o da mulher branca.

Nesse sentido, deve-se levar em consideração os diversos marcadores, devendo existir, inclusive, ações voltadas a beneficiar mais a um grupo de mulheres que outros, compreendendo a estruturante desigualdade presente em nossa sociedade. Cita-se aqui, como exemplo, a inclusão de pautas remuneratórias de merendeiras e auxiliares educacionais como um dos

focos de luta dos sindicatos, entendendo que são grupos com funções mais precarizadas do que a docência em si, reivindicação que já vem sendo levada a cabo por algumas entidades. Assim, a própria concepção de categoria dos profissionais de educação abarcando setores além de docentes aparenta ser uma medida antissexista, visando contemplar outros setores de mulheres mais vulneráveis.

O quinto passo proposto por Montejo (1992, p. 99) consiste em analisar os textos levando em conta outros componentes, ou seja, não apenas seu conteúdo, mas também os efeitos que ele irá provocar em relação aos componentes político-culturais e estruturais. Apesar de mais voltado ao aspecto jurídico da elaboração de textos normativos e sua influência em um contexto macro, o referido passo também pode ser colocado em prática no bojo de uma atuação sindical comprometida com a superação do sexismo. Isto porque construir políticas educacionais partindo da experiência, interesse e necessidade das mulheres não traz consequências apenas para os grupos diretamente atingidos, mas vislumbra-se toda uma cadeia de crescimento dessas políticas de forma mais ampla, em constante diálogo com a sociedade civil, expandindo, portanto, as possibilidades de transformações sociais.

Este passo pode ser realizado em qualquer ambiente, desde um café até um seminário, e nos permite reforçar, além do papel das próprias entidades coletivas na constante promoção de ações de combate ao sexismo, o papel que os próprios educadores possuem em salas de aula no sentido de incentivar discussões que abarquem temáticas de opressão de gênero e combate ao sexismo em suas diversas modalidades. Retoma a importância da verdadeira solidariedade dos homens neste processo, apesar de algumas ressalvas em relação a esta solidariedade, por vezes, ser apenas aparente e não concreta, afinal, se trata de tecer críticas à estrutura que lhes proporciona privilégios (Montejo, 1992, p. 109).

O sexto e último passo apresentado pela autora prevê a coletivização da análise para que mulheres, homens conscientes e distintos setores promovam uma educação popular pautada na promoção de perspectivas antissexistas. Expõe, ainda, a importância da expansão do processo de conscientização da subordinação e discriminação sofridas pelas mulheres para a construção de um sistema legal que parte de uma perspectiva de gênero (Montejo, 1992, p. 109). Propositamente, retoma neste último passo o primeiro, pois afirma que o processo de conscientização é o início e o fim de qualquer metodologia feminista, observando, ainda, a

importância do processo e não apenas da concretização do objetivo final. Ou seja, a autora reforça que sua concepção de metodologia feminista confere protagonismo aos meios utilizados para alcançar uma conscientização e não somente aos fins, possibilitando-nos conceber a conscientização como um processo cíclico. Por conseguinte, na medida em que se alcança, deve ser retomado para possibilitar sua expansão em um movimento dialético, sendo a educação uma mola propulsora desse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo de questionamentos acerca dos reflexos dos papéis de gênero na docência, sobretudo da opressão sofrida pelas mulheres profissionais de educação, o presente estudo inicialmente buscou questionar a ideia da docência como vocação inata das mulheres. Ao indagar se estas nascem para ensinar ou se está noção de “vocação” é inculcida pela sociedade, pretendemos descortinar os estereótipos de gênero que permeiam a categoria de mulheres docentes, com intuito de criticar a atribuição das características do cuidado, da docilidade e da subordinação como algo inerente ou inato. Compreendemos, assim, com auxílio de Ferreira (2011) e Viana (2001), que há uma construção cultural histórica na origem dessa conformação na função docente.

Buscamos refletir, ainda, como estes estereótipos e as opressões que eles carregam em seu bojo, vivenciados cotidianamente na realidade escolar, se apresentam também no âmbito das entidades coletivas docentes, pois partimos de uma concepção teórico-metodológica que compreende as experiências e trajetórias das e dos militantes como determinantes na construção dos sindicatos. Nessa dimensão, observamos o escamoteamento do debate acerca da temática em vista das pautas mais tradicionais. Operando, através de suas diversas instâncias como conferências e congressos, a questão de gênero como um tema acessório na composição das pautas e não como um elemento de caráter estrutural, marcador decisivo de relações e políticas.

Passamos, então, a analisar as dificuldades de implementação das discussões de gênero no âmbito dessas entidades, sobretudo devido à concepção de que se trata de uma categoria feminizada, fato que justificaria, em tese, o alijamento da pauta de gênero e as discussões sobre este tema. Ressalvamos, porém, os avanços históricos ocorridos, tais quais a implementação da paridade de gênero nas instâncias deliberativas das centrais sindicais, com

o pioneirismo da CUT, e a eleição da primeira mulher ao cargo mais elevado de uma central no ano de 2023, assumindo a secretaria geral da Intersindical. Apesar disso, o sexismo ainda se faz presente no interior dessas organizações de diversas maneiras, sendo uma delas a ainda vigente dificuldade de assumir os referidos cargos de liderança, sobretudo coordenações e presidências, os quais ainda são preponderantemente compostos por homens. Outra manifestação do sexismo apresentada foi a persistência de duplas, triplas ou quádruplas jornadas de trabalho enfrentadas por mulheres professoras em seu cotidiano doméstico, cenário que piorou consideravelmente no contexto da pandemia da Covid-19.

Em seguida, apresentamos os seis passos metodológicos pensados por Montejo (1992) para descortinar a incidência de dominações das opressões de gênero e, sobretudo, propor alteração nesse quadro sexista com vistas à sua superação. Utilizamos a metodologia apresentada pela autora como ferramenta de compreensão acerca da falsa neutralidade presente nos diferentes textos e relações institucionais, incluindo a produção acadêmica, que, por vezes, desconsidera a centralidade da aplicação das lentes de gênero. Este terceiro tópico também buscou levantar discussões para o processo dialético de conscientização de mulheres e homens, visando à promoção de condutas que aspirem à redução das assimetrias produzidas pelo sexismo no âmbito das entidades coletivas docentes e da sociedade em geral, conferindo centralidade também a uma prática educacional emancipadora para as mulheres.

REFERÊNCIAS

BAYLOS, Antonio. **¿Para que sirve un sindicato?** 2. ed. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2021.

DAL ROSSO, Sadi; CRUZ, Hélvia Leite; RÊSES, Erlando da Silva. Condições de emergência do sindicalismo docente. **Revista Scielo**: Campinas, v. 22, n. 2, p. 111-131, mai./ago. 2011

FERNANDES, Rafael Simonek. **Reformas Institucionais de austeridade e impactos na categoria docente**: a atuação do SEPE-RJ entre os anos de (2016-2020). Rio de Janeiro, 2020, 87 f. Monografia (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. “FALAR SOBRE GÊNERO É FALAR LÁ NO OITO DE MARÇO” – trajetórias de mulheres sindicalistas e seus posicionamentos sobre a importância do gênero no sindicato e na escola. In: **Currículo sem Fronteiras**, v. 21, n. 1, p. 335-360, jan./abr. 2021.

FERREIRA, Márcia Ondina; CORONEL, Márcia Cristiane Völz Klumb. Sobre a legitimação do campo do gênero na ANPED. **Revista Educação e Pesquisa**: São Paulo, v. 43, n. 3, p. 815-832,

jul./set., 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/136786/132532>. Acesso em: 13 mar. 2024.

FERREIRA, Márcia Ondina. Pesquisando gênero e sindicalismo docente: À procura de um referencial para uma temática transdisciplinar. In: ROSSO, Sadi Dal (org.). **Associativismo e sindicalismo em educação** - Organização e lutas. Biblioteca "Sindicalismo em Educação". Brasília: v. 1, Paralelo 15, p. 29-46, 2011, p. 29-46.

FETQUIM. **Representação sindical da mulher avançou no Brasil**. 2023. Disponível em: <http://fetquim.org.br/noticias/representacao-sindical-da-mulher-avancou-no-brasil-3814/>. Acesso em: 09 jul. 2023.

GOGNA, Monica. **Mulheres nos Sindicatos: Organização, Práticas e Exigências**. A participação de mulheres em sindicatos na América Latina. 2021. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/mulheres-nos-sindicatos-organiza%C3%A7%C3%A3o-pr%C3%A1ticas-e-exig%C3%A2ncias-b3802eafb9e2>. Acesso em: 09 jul. 2023.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Revista Scielo**: São Paulo, Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVwtWGDvFqRmndsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 jul. 2023.

HYPÓLITO, Álvaro Moreira. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. São Paulo: Papyrus, 1997.

HONNETH, Axel. Desrespeito e resistência: a lógica moral dos conflitos sociais. In: **Luta por reconhecimento**. São Paulo: Editora 34, 2003, p. 253-268.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 443-481, 2004.

MARTINS, Thaís Rodrigues. **Memórias militantes: a trajetória de Dodora Mota na luta pela educação pública**. Rio de Janeiro, 2019, 148 f. Dissertação (Mestrado em História da Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MIRANDA, Kênia Aparecida. **As lutas dos trabalhadores da educação: do Novo Sindicalismo à ruptura com a CUT**. Niterói, 2011. 400 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

MONTEJO, Alda Facio. **Cuando el género suena cambios trae (una metodología para el análisis de género del fenómeno legal)**. 1. ed. San José, C.R.: ILANUD, 1992.

MONTEJO, Alda Facio. **Cuando el género suena cambios trae (una metodología para el análisis de género del fenómeno legal)**. 1. ed. San José, C.R.: ILANUD, 1992, 156p.

MORANDI, Lucilene; Melo, Hildete Pereira de. Os efeitos da pandemia da covid-19 nas relações de gênero e raça no Brasil. In: Rodrigues, Maria Cristina; BARROSO, Márcia; PESSANHA, Elina (orgs.). **Trabalho em tempos de crise: desafios e perspectivas da luta por direitos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 41-77, 2022.

RÊSES, Erlando da Silva. **De vocação para profissão: sindicalismo docente da educação básica no Brasil**. Brasília: Paralelo 15, 2015, 196p.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.

VIANNA, Cláudia Pereira. **A produção acadêmica sobre organização docente:** ação coletiva e relações de gênero. *Educação & Sociedade*, v. 22, n. 77, p. 100-130, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/W98RfJdzVjqNVrsKYtw89rq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2022.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Educar: una Profesión de Mujeres? La Feminización del Normalismo y la Docencia en Brasil y Argentina 1870-1930). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos:** Brasília, v. 74, n. 178, p. 713-738, set./dez. 1993. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1171/910>. Acesso em: 30 ago. 2022.

Recebido em: *Julho/2023.*

Aprovado em: *Agosto/2023.*